PARECER/CONSULTA TC-005/2011

DOE 1.6.2011, p. 22.

PROCESSO - TC-8200/2010

INTERESSADA - CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA

ASSUNTO - CONSULTA

**SERVIDOR EFETIVO AFASTADO DO CARGO PARA
EXERCER MANDATO ELETIVO DE VEREADOR -
RECOLHIMENTO DAS CONTRIBUIÇÕES
PREVIDENCIÁRIAS - RESPONSABILIDADE DA CÂMARA
MUNICIPAL.**

Vistos, relatados e discutidos os autos do Processo TC-8200/2010, em que o Presidente da Câmara Municipal de Vitória no exercício de 2010, Sr. Antônio Alexandre dos Passos Souza, formula consulta a este Tribunal, apresentando, em síntese, questionamento acerca da responsabilidade ou não da referida Casa para recolher contribuição previdenciária a Vereador que optou pela remuneração do cargo eletivo, em face da incompatibilidade de horários com seu cargo efetivo junto ao Tribunal de Justiça deste Estado.

Considerando que é da competência deste Tribunal decidir sobre consulta que lhe seja formulada na forma estabelecida pelo Regimento Interno, conforme artigo 1º, inciso XVII, da Lei Complementar nº 32/93.

Considerando que, consoante a Decisão TC-5928/2010, o Plenário deste Tribunal decidiu pelo conhecimento da presente consulta, ante a relevância da matéria, o interesse público e a repercussão nas demais Câmaras que

porventura se encontrarem em situação semelhante à questionada, em tese não se constituindo em prejulgamento do caso concreto;

RESOLVEM os Srs. Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, em sessão realizada no dia três de maio de dois mil e onze, à unanimidade, acolhendo o voto do Relator, Conselheiro José Antônio Almeida Pimentel, responder a presente consulta nos termos da Orientação Técnica de Consulta nº 02/2011, da 8ª Controladoria Técnica, firmada pelo Controlador de Recursos Públicos, Sr. Lyncoln de Oliveira Reis, abaixo transcrita:

I RELATÓRIO. Tratam os presentes autos de consulta formulada pelo Sr. **Antônio Alexandre dos Passos Souza**, Presidente da Câmara Municipal de Vitória, no sentido de ser respondida a indagação sobre quem recai a responsabilidade de recolhimento da contribuição previdenciária devida pelo servidor efetivo afastado para exercer mandato eletivo de vereador, com opção pelo subsídio deste, bem como pelo órgão ou entidade ao qual está vinculado, se deste ou daquele que o recebeu. É o relatório. **II REQUISITOS DE ADMISSIBILIDADE.** Considerando a Decisão TC n. 5928/2010 (fl. 26) desta Corte de Contas, no sentido de conhecer a presente consulta, passa-se à análise de mérito. **III MÉRITO.** Diante das diversas ordens políticas incidentes sobre um mesmo território, a Constituição Federal se preocupou em estabelecer uma repartição de competências entre os entes, a fim de evitar dúvidas quanto à regulação de determinadas matérias. Particularmente quanto à previdência social, a Carta Magna prevê em seu art. 24, XI, a **competência concorrente** para dispor sobre o assunto. Isso significa que compete à União editar as normas gerais e aos

Estados membros e Distrito Federal suplementá-las. Nesse sentido, foi promulgada a Lei federal n. 9.717/98, que dispõe sobre regras gerais para a organização e o funcionamento dos **regimes próprios** de previdência social dos servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos militares dos Estados e do Distrito Federal e dá outras providências. Nela, encontra-se o art. 9º, II, com a seguinte previsão: *Art. 9º Compete à União, por intermédio do Ministério da Previdência e Assistência Social: I - a **orientação, supervisão e o acompanhamento dos regimes próprios de previdência social** dos servidores públicos e dos militares da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e dos fundos a que se refere o art. 6º, para o fiel cumprimento dos dispositivos desta Lei; II - o estabelecimento e a publicação dos **parâmetros e das diretrizes gerais** previstos nesta Lei.[...].* A fim de orientar os entes políticos, traçando diretrizes gerais, quanto aos assuntos previstos na Lei n. 9.717/98, o Ministério da Previdência Social editou a Orientação Normativa (ON-MPS) n. 2/2009. No art. 31 e seguintes, o referido instrumento normativo cuida da contribuição dos servidores cedidos, afastados e licenciados, ali tratando do afastamento do servidor efetivo para exercício de mandato eletivo. Em se tratando de servidor efetivo, obrigatoriamente vinculado ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), caso haja, o art. 38, V, da Constituição Federal (CF), determina que, em caso de afastamento do cargo para desempenho de mandato eletivo, os recolhimentos previdenciários devem ser realizados como se em exercício estivesse. A contribuição previdenciária, então, segundo o art. 31, da ON-MPS n. 2/09, terá como base de cálculo a **remuneração do cargo efetivo**, mesmo quando houver

opção pelo subsídio do mandato. Neste caso, o percentual de recolhimento não irá incidir sobre as parcelas que não componham o referido montante (art. 34), exceto na hipótese em que houver a opção pela contribuição facultativa ao RPPS do ente de origem, na forma prevista em sua legislação, conforme previsão do caput do art. 29¹. Vale destacar que tais descontos são obrigatórios, caso o servidor deseje que tal período seja considerado para fins de aposentadoria, diante de caráter contributivo que esta apresenta. De acordo com o art. 32 da ON-MPS n. 2/09, a responsabilidade pelo recolhimento das contribuições previdenciárias, no caso de opção do servidor efetivo pelo subsídio do mandato de vereador, caberá ao órgão que receba o servidor afastado para exercício de mandato eletivo, ou seja, à **Câmara Municipal**. A ela compete: I - o **desconto da contribuição devida pelo segurado**; II - o **custeio da contribuição devida pelo órgão ou entidade de origem**; e III - o **repasso das contribuições**, de que tratam os incisos I e II, à unidade gestora do RPPS a que está vinculado o afastado. Por outro lado, se o servidor efetivo optar por continuar recebendo a remuneração do cargo efetivo, a responsabilidade pelo recolhimento e repasse das contribuições em comento à unidade gestora continuará a cargo do **órgão ou entidade de origem**. Cumpre salientar que, no caso de o servidor optar pelo subsídio do mandato, se a Câmara Municipal não cumprir o prazo legal para repasse das importâncias supracitadas à autarquia previdenciária, caberá ao órgão ou

¹ Art. 29. A lei do ente federativo definirá as parcelas da remuneração que comporão a base de cálculo da contribuição, podendo prever que a inclusão das parcelas pagas em decorrência de local de trabalho, de função de confiança, de cargo em comissão, ou de outras parcelas temporárias de remuneração, será feita mediante opção expressa do servidor, inclusive quando pagas por ente cessionário.

entidade de origem fazê-lo. No entanto, poderá buscar o **reembolso** desse montante junto ao Poder Legislativo Municipal (art. 32, § 1º). Isso significa que a responsabilidade da Câmara Municipal persiste na hipótese em comento, mesmo que o órgão/entidade de origem realize o recolhimento do valor devido, diante do inadimplemento daquele em que o servidor está exercendo o mandato eletivo. Não fossem suficientes tais argumentos, é ilógico admitir que o servidor efetivo afastado para exercer mandato de vereador, tendo optado por receber o subsídio deste, receba-o de forma integral, sem qualquer desconto previdenciário, e o órgão de origem tenha que arcar com esse ônus. Ora, nesse caso teríamos a transferência de uma responsabilidade que cabe ao servidor (art. 40, I, da Lei Complementar n. 282/2004) para o órgão no qual está lotado originalmente, que, por sua vez, já possui a obrigação de recolher o dobro da importância devida pelo segurado (art. 40, III, da LC n. 282/2004²). Aliás, o art. 44, parágrafo único, do diploma legislativo supracitado, reza que ele possui responsabilidade solidária pelas contribuições devidas ao IPAJM. É oportuno dizer que a LC n. 282/2004 não trata expressamente da hipótese de servidor efetivo afastado cargo para exercer mandato eletivo de vereador com opção pelo subsídio deste. Contudo, é perfeitamente possível fazer um paralelo com a hipótese do servidor cedido para outro ente da federação, com ônus para o cessionário, devido

² Art. 40 - O Regime Próprio de Previdência de que trata esta Lei Complementar, será custeado mediante os seguintes recursos:

I - contribuição mensal compulsória do segurado ativo, no percentual de **11% (onze por cento)**, deduzida em folha de pagamento, incidente sobre a totalidade da base de contribuição; (*Redação dada pela LC n° 539, de 28.12.2009 – D.O.E. 29.12.2009*).

[...]

III - contribuição mensal compulsória do Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e demais órgãos mencionados no artigo 4º, no percentual de **22% (vinte e dois por cento)**, incidente sobre a totalidade da

às semelhanças entre os casos. Nesses termos, assim estabelece o art. 44 da lei em questão: *Art. 44 - Quando o segurado, servidor ativo, for cedido a outro ente da federação, sem ônus para o cedente, a contribuição estabelecida no artigo 40, inciso III, deverá ser recolhida pelo cessionário, juntamente com a contribuição do segurado, na forma desta Lei Complementar, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao de sua competência, sob pena de não ser computado o tempo de duração da respectiva ocorrência, para fins de direito a benefício previdenciário. Parágrafo único - O segurado cedido, na forma prevista neste artigo, responde solidariamente pelas contribuições devidas ao IPAJM.* Observe-se, então, que a legislação estadual guarda consonância com as normas gerais em âmbito federal, a saber, a ON-MPS n. 2/09, não restando dúvidas quanto à responsabilidade da **Câmara Municipal** pelos recolhimentos previdenciários devidos pelo servidor e pelo ente, em montante calculado sobre a remuneração do seu cargo efetivo, e o conseqüente repasse ao IPAJM. **IV CONCLUSÃO.** Por todo o exposto, opina-se no sentido de que a presente consulta deve ser respondida no sentido de que a responsabilidade pelo recolhimento das contribuições previdenciárias do servidor afastado para exercer mandato de vereador e do ente respectivo é da **Câmara Municipal**, em conformidade com o art. 44, da LC n. 282/2004 c/c o art. 32 da ON-MPS n. 2/09. Os descontos deverão ter como base de cálculo a **remuneração do cargo efetivo** (art. 31, da ON-MPS n. 2/09), ainda quando haja optado pelo recebimento do subsídio do mandato eletivo, devendo ser repassados pelo

órgão legislativo ao IPAJM até o **5º (quinto) dia útil** após a data do efetivo pagamento dos segurados ativos, sob pena de multa, juros e de incidência de correção pelo mesmo índice adotado para meta atuarial (art. 42, da LC n. 282/2004.

Presentes à sessão plenária da apreciação os Srs. Conselheiros Umberto Messias de Souza, Presidente, José Antônio Almeida Pimentel, Relator, Marcos Miranda Madureira, Elcy de Souza, Sebastião Carlos Ranna de Macedo, Sérgio Aboudib Ferreira Pinto e o Conselheiro em substituição Marco Antonio da Silva. Presente, ainda, o Dr. Domingos Augusto Taufner, Procurador-Geral do Ministério Público Especial de Contas.

Sala das Sessões, 03 de maio de 2011.

CONSELHEIRO UMBERTO MESSIAS DE SOUZA

Presidente

CONSELHEIRO JOSÉ ANTÔNIO ALMEIDA PIMENTEL

Relator

CONSELHEIRO MARCOS MIRANDA MADUREIRA

CONSELHEIRO ELCY DE SOUZA

CONSELHEIRO SEBASTIÃO CARLOS RANNA DE MACEDO

CONSELHEIRO SÉRGIO ABOUDIB FERREIRA PINTO

CONSELHEIRO MARCO ANTONIO DA SILVA

Em substituição

DR. DOMINGOS AUGUSTO TAUFNER

Procurador-Geral

Lido na sessão do dia:

ODILSON SOUZA BARBOSA JUNIOR

Secretário Geral das Sessões

Este texto não substitui o publicado no DOE 1.6.2011